



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de dois mil e vinte e três, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 002/2024, datado de 15 de fevereiro de 2024 e realizada no dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Estavam presentes na Casa os Srs. Vereadores: Romilson Nascimento Silva, Afonso Lopes da Silva, Erivelton Marcos Proêncio, Francisco de Souza Campos e Silvio Luiz Telles de Menezes, bem como, o sr. Adalberto de Lima – Secretário de Administração e Finanças. Inclusive com essas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões sete pessoas, conforme registro em lista de presença, anexado ao processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal fez a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Sr. Afonso Lopes da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade que presidiu a Audiência. A seguir, convidou o sr. Adalberto de Lima, Secretário Municipal de Finanças, para compor a Mesa, auxiliando nos trabalhos. A seguir, o sr. Presidente cumprimentou a todos, explicando as razões pela qual aquela Audiência Pública estava sendo realizada e deixou claro que a mesma seria transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal através do [facebook.com/camarajaguariuna](https://www.facebook.com/camarajaguariuna) e do [youtube.com/camarajaguariuna](https://www.youtube.com/camarajaguariuna); dando abertura oficial aos trabalhos da mesma Audiência Pública. O sr. Adalberto cumprimentou a todos, lembrou que a que audiência cumpria a Lei de Responsabilidade Fiscal e deu início às seguintes apresentações gráficas: 1 Demonstração das receitas previstas em 2023 e as realizadas até o quadrimestre; 2 Demonstração gráfica com os percentuais de cada receita; 3 Apresentação das despesas previstas para o exercício e as despesas empenhadas e liquidadas até o quadrimestre; 4 Demonstração gráfica com os percentuais de cada despesa por grupo; 5 Resultado do 3º Quadrimestre 2023; 6 Saldo dos restos a pagar; 7 Saldo da dívida consolidada até o quadrimestre; 8 Detalhamento do saldo da dívida consolidada no quadrimestre; 9 Demonstração da Receita Corrente Líquida até quadrimestre; 10 Despesas com pessoal, inclusive o percentual gasto até o quadrimestre; 11 Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais, desmembrados entre os impostos municipais, transferências da união e transferências do estado; 12 Aplicação na Educação com Recursos do Tesouro, demonstrando inclusive aplicação acima do mínimo constitucional exigido; 13 Aplicação no FUNDEB, demonstrando o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

valor liquidado até o momento; 14 Aplicação na Saúde com Recursos do Tesouro, Auxílios e Transferência, inclusive os valores repassados à ASAMAS (hospital), demonstrando aplicação acima do mínimo constitucional exigido; 15 Comparativo da Arrecadação do ICMS 2022 x 2023, demonstrando queda de - 5,02%. Em seguida, finalizou a apresentação e agradeceu a todos. A seguir, o sr. Presidente abriu a palavra por cinco minutos, para que os vereadores pudessem fazer uso, tendo o sr. Secretário de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas; em seguida, fez uso da palavra o Sr. Francisco de Souza Campos cumprimentando todos e agradecendo a apresentação aquela audiência; sugeriu para as próximas apresentações que pudessem ter a apresentação por Órgão da Prefeitura, mesmo estando em ordem aquele formato, seria melhor se fosse por Órgão; disse que o ICMS do mês de janeiro foi muito bom; falou de avaliarem os demais impostos de outros anos; falou dos valores lá apresentados, da queda do ICMS e demais números lá citados; falou dos resultados expressivos do ISSQN, deu uma explanada sobre todos os números apresentados e se disse satisfeito com aquela audiência; o sr. Secretário agradeceu as sugestões e disse que poderia considera-las para a próxima audiência; em seguida, o sr. Presidente disse que no final do ano anterior estavam analisando a questão do ICMS e questionou ao Secretário se aqueles cinco por cento estavam dentro do que colocavam, porque a expectativa era de perder muito mais; o sr. Secretário disse que perderam cinco por cento em 2023, em relação a 2022, em termos nominais e explicou toda aquela questão; falou que o preço de tudo na média subiu 4.8%; lembrou que a inflação da Saúde era muito maior do que o IPC; exemplificou aquela questão e esclareceu dúvidas sobre o assunto; o sr. Francisco em seguida, explicou a forma como ele criava o raciocínio dele, que era um pouco diferente do que o Secretário apresentou; em seguida, fez uso da palavra o sr. Luiz Carlos Gonçalves Silva, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, questionando se os valores apresentados em outras despesas correntes poderiam ser direcionados para fazer aplicação dentro do FUNDEB e questionou se houve um aumento de mais de sete por cento dentro do FUNDEB e o sr. Secretário respondeu que a aplicação da Educação tinha de ser acima de 25%, então não era 21% e ele achava que tinha alguma confusão lá; disse não ter naquele momento o valor do percentual da aplicação em 2022, mas seguramente ele sabia que não era da ordem de 21%, porque pela Constituição aquele valor teria de estar acima de 25% e eles aplicavam sempre na faixa próxima de 30% e que poderia ter havido um aumento por conta da redução da Receita; explicou aquela colocação e esclareceu as dúvidas do Sr. Luiz Carlos;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

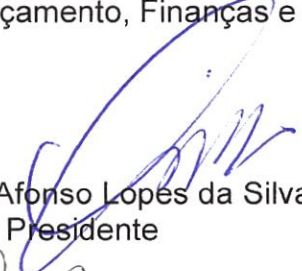
em seguida, o Sr. Erivelton Marcos Proêncio disse ter faltado a discriminação dos slides sobre o percentual de impostos da receita municipal aplicado na Educação; disse que entendeu que cem por cento do FUNDEB era utilizado para a folha de pagamento e só faltou discriminar o percentual de impostos da Receita Municipal na Educação; fez suas explanações a respeito e o Sr. Luiz Carlos disse ser exatamente aquela questão; o Sr. Erivelton entendeu que 31% da Receita total foi aplicada na Educação e o sr. Secretário disse que da Receita total não e sim da Receita de Impostos e explicou aquele quadro de impostos; o sr. Erivelton seguiu questionando a respeito daquela questão pontualmente e o sr. Secretário explicou as dúvidas daquele vereador e também, fez parte dos mesmos questionamentos o sr. Silvio Luiz Telles de Menezes questionando se os valores dos impostos não era apenas multiplicar trinta vezes trinta e um vírgula sessenta e seis por cento e esclareceu seu questionamento; o sr. Secretário comentou aquele questionamento e seguiu explicando as dúvidas dos vereadores; em seguida, o sr. Francisco de Souza Campos falou dos valores da Receita das remunerações de depósitos bancários e perguntou que aquele valor poderia ser associado ao equivalente de caixa da prefeitura; o sr. Secretário disse que teria de ver aquele valor de quase onze milhões e que aquilo era uma contabilização que o caixa da prefeitura oscilava ao longo do ano; exemplificou situações oscilantes do caixa e esclareceu como era a movimentação anual do caixa da prefeitura; em seguida, o sr. Francisco disse que muitas pessoas gostariam de saber e que já tinha sido alvo de discussões naquela Casa, sobre o valor que havia no caixa da Prefeitura; fez várias explanações sobre os demonstrativos do balanço patrimonial e suas dúvidas foram esclarecidas pelo Secretário, o sr. Francisco disse que iria reunião sua Comissão para falar sobre aquela Audiência; em seguida, o sr. Presidente solicitou ao sr. Menezes para explicar a questão do animal e o sr. Silvio Luiz Telles de Menezes disse ter havido um questionamento de que a prefeitura havia reduzido do Orçamento da Saúde para a causa animal um montante suficiente para que não conseguissem pagar vários médicos veterinários e vários serviços para a população e eles entenderam que de um ano para ou outro não era utilizado e aquela sobra, no próximo ano estaria fazendo aquele complemento dentro do Departamento; deixou claro que eles não remanejaram nada da Pasta da Saúde, muito menos da questão animal e que naquele momento contavam com quatrocentos, quinhentos mil e que existia uma necessidade de suplementação para que conseguissem atender as demandas da causa animal; em seguida, o sr. Presidente disse que havia a necessidade de falar a respeito porque havia uma confusão e muita gente estava vinculando a questão da água com aquela





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

questão, porque aprovaram aquela emenda para dar um socorro na questão da água e muita gente estava vinculando aquela questão com a questão que o Menezes havia levantado e uma coisa não tinha nada a ver com outra porque não atingiu a Secretaria da Saúde, eles remanejaram de forma consciente sem prejudicar nada; o sr. Francisco de Souza Campos disse ainda que se alguém quisesse verificar as fichas que foram mexidas, estavam todas a disposição para análise e que nada foi alterado que prejudicasse qualquer das Secretarias; o sr. Erivelton Marcos Proêncio disse que se tivesse de suplementar, se faltava dinheiro era porque não foi previsto de forma correta e que as únicas Secretarias que não foram afetadas naquela emenda de dezessete milhões era Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública; o sr. Francisco lembrou que o município estava passando um momento complicado pela falta de água e esclareceu suas explicações; os diálogos seguiram com falas paralelas entre os presentes; em seguida o sr. Secretário disse não ter as informações de valores sobre o orçamento de 2024. Em seguida, o senhor Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e perguntou se tinha alguém que gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo, deu por encerrada aquela Audiência Pública de Metas Fiscais, naquele dia vinte e nove de fevereiro de 2024. O sr. Secretário agradeceu a todos, a oportunidade de estar trabalhando naquela Secretaria Municipal e pela realização daquela audiência. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereador Afonso Lopes da Silva
Presidente


Vereadora Erivelton Marcos Proêncio
Vice-Presidente


Vereador Francisco de Souza Campos
Secretário